

III-400 - APLICABILIDADE DAS CONDIÇÕES TÉCNICO-JURÍDICOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM CONSÓRCIO PÚBLICO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO RN: ESTUDO DE CASO

Emília Margareth de Melo Silva⁽¹⁾

Engenheira Sanitarista pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Engenheira de Segurança do Trabalho pela Universidade Potiguar (UnP). Mestre em Engenharia Sanitária pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Potiguar (UnP). Coordenadora do PEGIRS/RN. Consultora da SEMARH-RN.

Andreza Tavares de Queiroz⁽²⁾

Graduado em Direito pela Universidade Potiguar (UnP). Assessora Jurídica do PEGIRS/RN. Consultora da SEMARH-RN. E-mail: andreza_tavares@hotmail.com

Endereço⁽¹⁾: ABES/RN - Av. Engenheiro Roberto Freire, 2951, Bl 2, Sala 5, CCABSul- Cidade Jardim - Natal - RN - CEP: 59080-400 - Brasil - Tel: (84) 3217-8362 - e-mail: emilia.ms@uol.com.br

RESUMO

O consórcio público é um instrumento de cooperação federativa no qual entes federativos contratam de forma voluntária obrigações entre si para atuação conjunta ou integrada na realização de objetivos de interesse comum. O presente estudo tem por objetivo principal, aplicar as condições técnico-Jurídicos para a Implantação do primeiro Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos na região do Seridó, estado do Rio Grande do Norte, relatando todo o processo de criação do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos da Região Seridó, que se apresenta como Consórcio Público modelo de gestão integrada de resíduos sólidos no Estado do Rio Grande do Norte. A metodologia aplicada se fez através das articulações com os 25 gestores municipais cuja finalidade foi a de criação do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó – CPRRS-Seridó, seguida da elaboração do Protocolo de Intenções do citado Consórcio Público, e posteriormente realizadas explanações em câmaras municipais com o propósito de ratificar o referido Protocolo. Tendo como resultado a ratificação do Protocolo de Intenções em todas as 25 (vinte e cinco) Câmaras dos municípios que compõem o Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó, o que culminou com a criação efetiva no ano de 2009 do 1º Consórcio Público de Resíduos Sólidos do Estado do Rio Grande do Norte, com sede no município de Caicó. O surgimento desse Consórcio Público se apresentou como a solução perfeita para a destinação final dos Resíduos Sólidos na Região Seridó, através da implantação de aterro sanitário e estações de transferências, além de beneficiar o sistema de transporte de resíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Consórcio Público, Resíduos Sólidos, Condições técnico-jurídicos, Regionalização.

INTRODUÇÃO

Como ocorre com a grande maioria dos municípios brasileiros, os municípios que compõem a Região Seridó do Estado do Rio Grande do Norte não dispõem de recursos financeiros, tampouco de capacitação técnica, incluindo mão de obra especializada, para a gestão plena, direta e individualizada de alguns dos serviços públicos de sua competência constitucional, entre eles os serviços de saneamento básico, mais precisamente o de gestão integrada de resíduos sólidos.

Tais municípios, por serem de pequeno porte e por se localizarem em uma região menos favorecida do Estado, não possuem recursos financeiros suficientes para a viabilização e sustentação econômica desses serviços, sob qualquer forma de prestação individualizada dos mesmos.

Desta maneira, surge a figura do consórcio público como meio de viabilizar a forma de prover localmente bens públicos cujas características seriam mais bem conhecidas pelo ente local. Os consórcios públicos apresentam aos municípios uma gama de oportunidades para o desenvolvimento local e nacional, tendo como principal finalidade oferecer aos entes municipais a obtenção de escalas tanto no que tange a recursos financeiros como de material, sem a qual cada município isoladamente não teria como atingir.

Na realidade, considera-se o consórcio público como um instrumento de cooperação federativa, no qual entes federativos contratam de forma voluntária obrigações entre si para atuação conjunta ou integrada na realização de objetivos de interesse comum.

A Lei 11.107/05 introduziu em ordenamento a figura do consórcio público, consoante preleciona o art. 241, da CF/88. Senão vejamos, *in verbis*:

"Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos".

Já o Decreto Federal nº 6.017/07, que normatiza a constituição dos Consórcios Públicos no Brasil, têm como objetivo maior o de fortalecer o federalismo cooperativo, fortalecendo as articulações entre as três esferas do governo. Assim, vejamos o estabelece o artigo 2º:

*"Art. 2º. Para os fins deste Decreto, consideram-se:
I – consórcio público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei no 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos."*

Como pode-se observar, essas legislações definiram as normas gerais para a formação de consórcios públicos pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, atribuindo-lhes personalidade jurídica, tanto de pessoa jurídica de direito público, quanto de pessoa jurídica de direito privado, mesmo que constituídos por unidades da Federação e a elas vinculadas.

O Decreto Federal nº 6.017/07, que normatiza a constituição dos Consórcios Públicos no Brasil, têm como objetivo maior o de fortalecer o federalismo cooperativo, fortalecendo as articulações entre as três esferas do governo. No entanto, para a formação de um Consórcio Público, necessário se faz que exista uma definição clara de interesse do consórcio, uma articulação política entre os poderes executivos de todos os entes consorciados e que fundamentalmente tais acordos de cooperação devam necessariamente ser aprovados pelas assembleias legislativas de todos os entes consorciados.

Desse modo, os consórcios públicos passam a ser entendidos tanto como instrumentos de cooperação horizontal, quando estabelecida por entes federativos de mesmo tipo (por ex. município-município ou estado-município), assim como instrumentos de cooperação vertical, quando estabelecida entre entes federativos de tipos e com competências diferentes (por ex. estado-município, União-estado, União-estado-municípios), consoante fluxograma a seguir (Figura 1). Tal cooperação necessita sempre de instrumentos que a disciplinem e deem forma à sua organização e funcionamento.

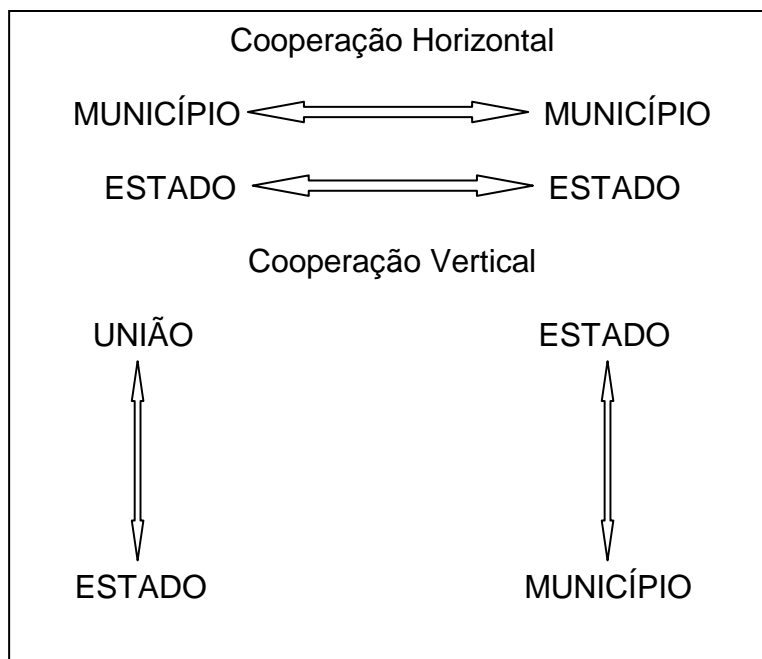



Figura 1: Fluxograma de instrumentos de cooperação no Consórcio

As composições trazidas pela Lei nº 11.107/05 para os integrantes dos consórcios públicos podem ser várias, desde que observadas as regras previamente fixadas. Assim, os consórcios públicos podem ser constituídos da seguinte maneira:


- a) Município ↔ Município;
- b) Estado ↔ Estado;
- c) Estados ↔ Distrito Federal;
- d) Estados ↔ Municípios
- e) Distrito Federal ↔ Municípios
- f)

União
 Estados



Municípios
- g)

União
 Estados



Distrito Federal

Ressalte-se, por oportuno, que não pode existir consórcio entre a União Federal e um Município, sem a efetiva participação do Estado os quais estejam situados os Municípios consorciados, como estabelecido pelo § 2º, do art. 1º, da Lei nº 11.107/2005.

Esse preceito se baseia no princípio da subsidiariedade, que compete, em primeiro lugar, aos outros municípios o dever de cooperar e, insuficiente a cooperação intermunicipal, é que se legitima a cooperação do estado. Somente quando insuficiente a cooperação do próprio estado é que se admite a cooperação da União.

A principal preocupação do Legislador quanto à participação da União Federal não foi considerada para definição da área de atuação, pois faria com que todo consórcio público em que ela participasse se tornasse

nacional, o que não traria nenhum benefício na aplicação da Lei, pois o intuito é justamente resolver problemas com impacto na realidade regional e/ou local dos entes consorciados. Desta feita, não se permitiu também que a União Federal formalizasse um consórcio público diretamente com os Municípios, sendo necessária a presença do respectivo Estado.

O presente trabalho se baseia no Relatório Produto 10 que trata especificamente da “*Criação das condições técnico-jurídicas para implementação do consórcio público modelo*”, em cumprimento de uma das metas do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos sólidos do Rio Grande do Norte – PEGIRS/RN elaborado por consultores contratados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte – SEMARH/RN.

Este estudo tem por objetivo principal, aplicar as condições técnico-Jurídicos para a Implantação do primeiro Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos na região do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, relatando todo o processo de criação do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos da Região Seridó, que se apresenta como Consórcio Público modelo de gestão integrada de resíduos sólidos no Estado do Rio Grande do Norte. Este surgiu através de um estudo, realizado por consultores contratados pelo Estado, no qual uma das metas era agrupar municípios com a finalidade de traçar a regionalização da gestão integrada de resíduos sólidos no Estado.

MATERIAIS E MÉTODOS

A primeira etapa foi realizar com a realização dos estudos para o agrupamento dos municípios a fim regionalizar a gestão integrada de resíduos sólidos no Seridó, com o objetivo de ser gerido por consórcio..

Em um segundo momento surgir às articulações com os gestores municipais com a finalidade de criação do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó, ponto de partida para a elaboração do Protocolo de Intenções do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó.

Paralelamente ocorreram reuniões com os gestores municipais e secretários, com a finalidade de capacitá-los no que se refere à criação e funcionamento de Consórcio Público. Posteriormente foram realizadas explanações sobre do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos nas seções de algumas câmaras municipais, quando solicitadas, com a finalidade de ratificar o Protocolo de Intenções para formação do referido Consórcio, com o registro fotográfico, utilizando para tal, equipamento digital.

RESULTADOS OBTIDOS

Agrupamento Territorial - Regionalização

No caso da Região do Seridó mais especificamente, foram agrupados 25 (vinte e cinco) municípios (Figura 2), com características semelhantes, respeitando a autonomia constitucional de cada um e, ao mesmo tempo, permitindo que eles se unissem para dar escala suficiente para a viabilidade econômica e sustentabilidade da prestação dos serviços de suas competências, qual seja, a implantação de aterros sanitários para a destinação final dos resíduos sólidos na Região Seridó (Tabela 1). O referido estudo recebeu incentivo financeiro do Ministério do Meio Ambiente.

Oficinas de capacitação

Com isso, ocorreram as oficinas de capacitação dos gestores sob o comando de consultores do Ministério do Meio Ambiente, no que se refere à formação e funcionamento do consórcio, além de várias reuniões de articulação com os mesmos. Logo depois, se concretizou o processo de elaboração do Protocolo de Intenções, documento este que dá início ao consórcio público.

A sua construção obedeceu aos requisitos mínimos previstos na Lei 11.107/2005 e no Decreto 6.017/2007. Tais requisitos se encontram elencados no art. 4º, da referida Lei.

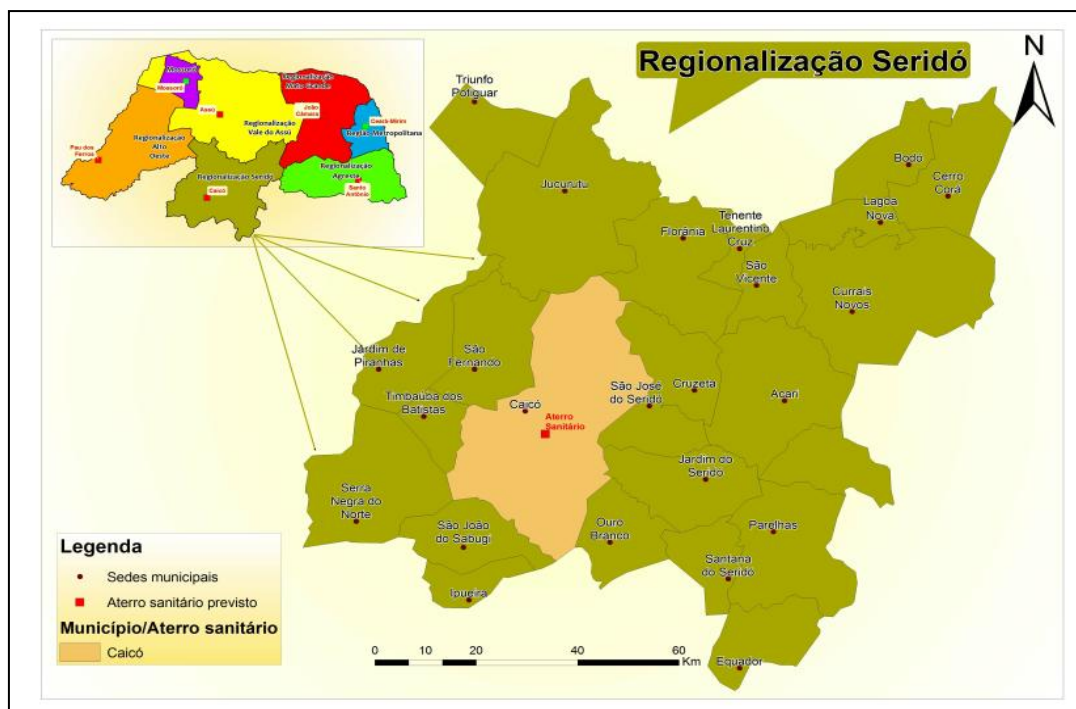


Tabela 1: Número de municípios para o Consórcio na região do Seridó.

REGIONALIZAÇÃO – SERIDÓ		
Item	Município	População
1.	Acari	11.215
2.	Bodó	2.592
3.	Caicó	63.006
4.	Carnaúba dos Dantas	7.083
5.	Cerro Corá	11.235
6.	Cruzeta	8.029
7.	Currais Novos	43.536
8.	Equador	6.084
9.	Florânea	8.487
10.	Ipueira	2.115
11.	Jardim de Piranhas	14.347
12.	Jardim do Seridó	12.384
13.	Jucurutu	18.069
14.	Lagoa Nova	13.718
15.	Ouro Branco	5.166
16.	Parelhas	20.676
17.	Santana do Seridó	2.858
18.	São Fernando	3.505
19.	São João do Sabugi	5.953
20.	São José do Seridó	4.066
21.	São Vicente	6.023
22.	Serra Negra do Norte	7.428
23.	Tenente Laurentino Cruz	5.369
24.	Timbaúba dos Batistas	2.380
25.	Triunfo Potiguar	3.327
TOTAL		288.651

Protocolo de Intenções

Desta feita, restou, em definitivo, a estrutura do Protocolo de Intenções do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó. O documento é composto de sete Títulos com seus devidos Capítulos e Seções inerentes à formação e a gestão do Consórcio, como descritos sumariamente abaixo:

“ ... PREÂMBULO

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULOS I a V - DO CONSORCIAMENTO; DOS CONCEITOS; DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE; DOS OBJETIVOS e DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULOS I a IX - DISPOSIÇÕES GERAIS; DOS ÓRGÃOS; DA ASSEMBLÉIA GERA (Seções I a V - Do funcionamento; Das competências; Da eleição e da destituição do Presidente e da Diretoria; Da elaboração e alteração dos Estatutos; e Das atas); DA DIRETORIA; DA PRESIDÊNCIA; DA OUVIDORIA; DA CÂMARA DE REGULAÇÃO; DA SUPERINTENDÊNCIA e DA CONFERÊNCIA REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO

TÍTULO III - DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULOS I a III- DOS AGENTES PÚBLICOS (Seções I a III - Disposições gerais; Dos empregos públicos e Das contratações temporárias); DOS CONTRATOS (Seções I e II - Do procedimento de contratação e Dos contratos); DOS CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

TÍTULO IV - DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULOS I a IV - DISPOSIÇÕES GERAIS; DA CONTABILIDADE; DOS CONVÊNIOS e DOS FINANCIAMENTOS

TÍTULO V - DA SAÍDA DO CONSORCIADO

CAPÍTULOS I e II - DO RECESSO e DA EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

TÍTULO VI - DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULOS I e III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS; DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS e DO FORO

ANEXO 1 – DOS EMPREGOS PÚBLICOS

ANEXO 2 – DAS LEIS MUNICIPAIS UNIFORMES DE PLANEJAMENTO, PRESTAÇÃO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

CAPÍTULOS I e III – DAS DEFINIÇÕES; DOS SERVIÇOS E DE SEU PLANEJAMENTO, PRESTAÇÃO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (Seções I a VII - Das diretrizes de planejamento; Da prestação; Das diretrizes para a regulação e a fiscalização dos serviços; Da recuperação dos custos dos serviços; Da avaliação externa e interna dos serviços; Dos direitos do usuário e Dos procedimentos administrativos para elaboração de planos e de regulamentos) e DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO 3 – DAS LEIS MUNICIPAIS UNIFORMES QUE INSTITUEM AS TAXAS MUNICIPAIS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

CAPÍTULOS I a III - DA TAXA DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (Seções I a V - Do Fato Gerador e da Base de Cálculo; Do Contribuinte; Da Isenção da TRSD; Do Lançamento e do Pagamento e Das Infrações e Penalidades); DA TAXA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO (Seções I a VIII - Da taxa e de sua incidência; Do fato gerador; Do sujeito passivo; Da base de cálculo; Do lançamento; Da capacidade do Consórcio Público; Da arrecadação e Do procedimento tributário); DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (Seções I a III - Das Infrações; Das Penalidades e Das Disposições Finais e Transitórias

ANEXO 4 - DAS LEIS MUNICIPAIS UNIFORMES DE GESTÃO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DOS RESÍDUOS VOLUMOSOS

CAPÍTULOS I a VII – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS (Seções I a III – Do objeto; Dos objetivos e Das definições); DO SISTEMA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E RESÍDUOS VOLUMOSOS (Seções I e II- Do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil); DAS RESPONSABILIDADES (Seções I a III - Da Disciplina dos Geradores; Da Disciplina dos Transportadores e Da Disciplina dos Receptores); DA DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS; DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO; DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Seções I a IV - Das Disposições Gerais; Das Penalidades; Do Procedimento Administrativo e Das Medidas Preventivas) e DAS DISPOSIÇÕES FINAIS”

Ratificação do Protocolo de Intenções

Após assinatura do Protocolo de Intenções pelos gestores municipais, a ratificação do protocolo de intenções se efetivou por meio de uma lei específica, que foi aprovada por cada casa do Legislativo dos entes que pretendem integrar a estrutura do consórcio público, nos termos do que determina o art. 5º, da Lei nº 11.107/05 (Tabela 2).

Em algumas câmaras municipais foi necessária, antecedendo a aprovação das leis, a apresentação do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PEGIRS/RN, o qual tem em uma de suas metas a formação de um consórcio público de Resíduos Sólidos ou Saneamento. Isto esclareceu a expectativa quanto aos consórcios e a necessidade real de sua criação. (Figuras 3 a 6)



Figura 3: Assinatura do Protocolo de Intenções



Figura 4: Apresentação na Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas (05/11/09)



Figura 5: Apresentação na Câmara Municipal de Lagoa Nova (06/11/09)



Figura 6: Apresentação na Câmara Municipal de São José do Seridó (13/10/09)

Cada lei foi encaminhada pelos chefes do Executivo às respectivas casas legislativas (Câmaras Municipais e, se for o caso, Assembleias Estaduais e Câmara Federal), para debate e aprovação pelos respectivos legisladores (vereadores e deputados), devendo ser obtido o número mínimo de aprovações legislativas estabelecido no Protocolo de Intenções para que o consórcio seja constituído.

Com a ratificação do protocolo de intenções em todas as 25 (vinte e cinco) Câmaras Municipais que compõem o Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó, o Protocolo de Intenções, agora na forma de contrato de consórcio. O Quadro 1 a seguir retrata o processo de ratificação do protocolo de intenções nos municípios da região Seridó, relatando a data da publicação das Leis nas Câmaras Municipais, assim como o número das mesmas, o que viabilizou a criação do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó.

Extrato de Protocolo de Intenções

Assim ficou estabelecido o Extrato do Protocolo de Intenções com os seguintes elementos:

- a) **Espécie:** Protocolo de Intenções firmado entre o Governo do Estado do RN e todos os Municípios do Seridó, firmado em 03 (três) vias;
- b) **Objeto:** formação de consórcio público, pessoa jurídica estabelecida na forma da Lei nº 11.107/2005, com objetivo de promover ações voltadas para o planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico relativo ao manejo de resíduos sólidos ou de atividade dele integrante no território dos entes consorciados, bem como todas as outras ações definidas na Cláusula 7ª, do Protocolo de Intenções do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó, mediante a mútua cooperação dos entes envolvidos;
- c) **Vigência:** prazo indeterminado;
- d) **Signatários:** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE e os Municípios de Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânea, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz, Timbaúba dos Batistas, Triunfo Potiguar.

O Extrato do Protocolo de Intenções é a *Espécie* apresentada do Protocolo de Intenções. O *Objeto* descreve a formação de consórcio público em si, de acordo com que estabelece a Lei nº 11.107/2005. Este extrato também apresenta o prazo da *Vigência* do consórcio, e por fim, o documento identifica quais são os Signatários do consórcio a ser implantado.

Assembleia Inaugural

No dia 09 de outubro de 2009, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte o Edital de convocação dos entes consorciados para participação em Assembleia geral, ficando assim textualizado:

“CONSÓRCIO PÚBLICO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERIDÓ EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão de Constituição do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó, representada pelos seus entes consorciados, nos termos do que prescreve o Protocolo de Intenções de Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó, convoca a todos os representantes dos entes consorciados que ratificaram o referido Protocolo de Intenções para participarem da Assembleia Geral de instalação do referido consórcio, a ser realizada às 8:00 (oito) horas, do dia 15 (quinze) de outubro de 2009, na sede provisória do referido consórcio, prédio da Prefeitura Municipal de Caicó.

*Natal, 09 de outubro de 2009.
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO”*

Percorridas as etapas anteriores, aconteceu na data prevista, ou seja, em 15 de outubro de 2009, a assembleia inaugural do referido Consórcio, quando foram convocados todos os 25 (vinte e cinco) municípios pretendidos para serem consorciados, e estiveram presentes o número de 05 (cinco), sendo eles:

- Caicó
- Parelhas
- São José do Seridó
- Jardim do Seridó e,
- Timbaúba dos Batistas

Quadro 1: Situação das Leis ratificadas nas Câmaras Municipais

Nº	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	Nº DAS LEIS	DATA DA PUBLICAÇÃO	PREFEITO
01	Acari	Ratificado	917/09	11/12/2009	Antonio Fernandes
02	Bodó	Ratificado	139/09	08/12/2009	Francisco Avamar
03	Caicó	Ratificado	4.388/10	13/11/2009	Rivaldo Costa
04	Carnaúba dos Dantas	Ratificado	650/09	06/11/2009	Alexandre Dantas
05	Cerro Corá	Ratificado	658/09	23/12/2009	Raimundo Marcelino
06	Cruzeta	Ratificado	941/10	14/12/2009	José Sally de Araújo
07	Currais Novos	Ratificado	1.907/09	17/12/2009	Geraldo Gomes
08	Equador	Ratificado	566/09	07/12/2009	Vanildo Bezerra
09	Florânia	Ratificado	637/10	05/01/2010	Sinval Salomão
10	Ipueira	Ratificado	353/09	25/11/2009	Concessa Araújo
11	Jardim de Piranhas	Ratificado	651/09	04/12/2009	Antonio Soares
12	Jardim do Seridó	Ratificado	824/09	14/10/2009	Jocimar Dantas
13	Jucurutu	Ratificado	654/09	22/12/2009	Nelson Queiroz Filho
14	Lagoa Nova	Ratificado	402/09	02/12/2009	Erivan de Souza
15	Ouro Branco	Ratificado	617/09	02/12/2009	Nilton Medeiros
16	Parelhas	Ratificado	2.132/09	13/10/2009	Francisco de Assis
17	Santana do Seridó	Ratificado	391/09	25/11/2009	Iranildo Pereira
18	São Fernando	Ratificado	582/09	23/12/2009	Genilson Medeiros
19	São João do Sabugi	Ratificado	587/10	11/05/2010	Aníbal Pereira
20	São José do Seridó	Ratificado	301/09	15/10/2009	Jackson Dantas
21	São Vicente	Ratificado	420/09	25/11/2009	Francisco Bezerra
22	Serra Negra do Norte	Ratificado	483/09	11/11/2009	Rogério Bezerra
23	Ten. Laurentino Cruz	Ratificado	225/10	11/06/2010	Airton Laurentino
24	Timbaúba dos Batista	Ratificado	283/10	21/10/2009	Ivanildo Araújo
25	Triunfo Potiguar	Ratificado.	091/09	07/12/2009	José Gildenor

Lembrando que nos dias compreendidos entre 13 e 14 de outubro do ano de 2009, as Câmaras Municipais de Caicó, Parelhas, São José do Seridó, Jardim do Seridó, e Timbaúba dos Batistas ratificaram os termos contidos no Protocolo de Intenções de Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos da região do Seridó, através da proposta de projeto de Lei Municipal apresentado às bancadas por seus respectivos Prefeitos Municipais. A partir de então, os municípios citados legitimaram os termos do Protocolo, que assumiu a forma de contrato.

Embora estivessem presentes somente 05 (cinco) dos 25 (vinte e cinco) Municípios interessados em se consorciar, isto em nada dificultou na formação do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó, uma vez que a 2ª Cláusula do Protocolo de Intenções estabeleceu que desde que 02 (dois) Municípios ratificassem o Protocolo, seria considerado este número suficiente para a criação do referido Consórcio, senão vejamos a seguir:

“ [...] CLÁUSULA 2ª. (Da ratificação). O protocolo de Intenções, após sua ratificação mediante leis aprovadas por, pelo menos, dois dos municípios que tenham subscrito converter-se-á automaticamente em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó doravante chamado simplesmente Consórcio. [...]”

Nesta assembleia, registrada através de ata (Figura 7), foi criado o primeiro do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos – CPRRS do Estado do Rio Grande do Norte, também foram eleitos o Presidente do Consórcio e seus diretores. Agora sob a forma de contrato de consórcio, o documento foi submetido a registro no cartório do Município de Caicó, já que é neste onde se localiza a sede do Consórcio.

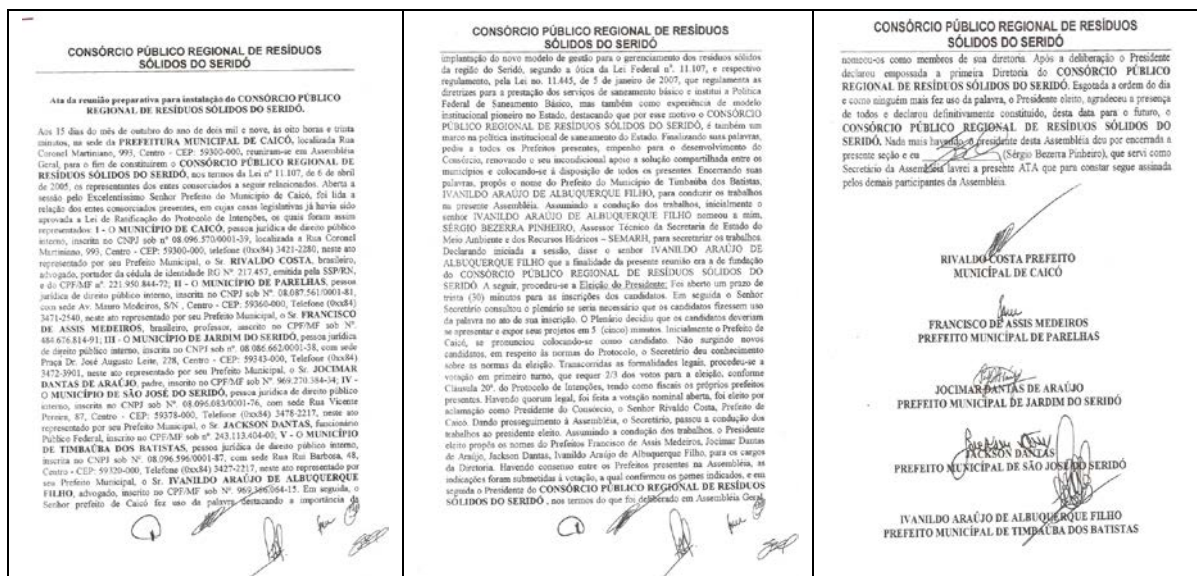


Figura 7: Ata de Formação do Consórcio Público de Resíduos Sólidos do Seridó.

Fonte: SEMARH/PEGIRS-RN

Procedimentos de Registro e Cadastramento

Para registro em cartório, foi exigida a apresentação de 02 (dois) dos Protocolos de Intenções originais para que pudessem efetuar o registro do CNPJ do Consórcio, o qual houve a retenção de uma das vias. Após o registro no cartório foi efetuada a inscrição no site da Receita Federal, salientando-se, por oportuno, que o Consórcio do Seridó somente pôde efetuar o cadastro na Receita em virtude de ser constituído sob a forma de associação pública.

O cadastramento de consórcio público ainda precedeu da apresentação dos seguintes documentos:

- identificação de cada um dos entes da Federação que integram o consórcio público;
- cópia do CNPJ do consórcio público;
- comprovante do endereço da sede do consórcio;
- cópia da publicação do protocolo de intenções na imprensa oficial;
- cópia dos estatutos aprovados pela assembleia geral e publicados na imprensa oficial no âmbito de cada ente consorciado;
- prova do prazo do mandato do representante legal do consórcio público;
- cópia do número do Cadastro de Pessoa Física – CPF do representante legal; e
- comprovante do endereço residencial do representante legal.

Por fim, mesmo tendo obedecido aos passos acima expostos, sempre que o mandato do representante legal tiver se encerrado, deverá ser realizada a atualização imediata das informações no sistema Receita Federal.

Perspectivas de consórcios para o RN

Mesmo tendo como proposta a fundação de 01 (um) consórcio público modelo, o Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos sólidos do Rio Grande do Norte – PEGGIRS/RN, foi muito além, uma vez que mais 03 (três) consórcios encontram-se em andamento, são eles: o Consórcio Público Regional de Saneamento Básico do Alto Oeste Potiguar; o Consórcio Público Regional de Saneamento Básico do Vale do Assu e o Consórcio Público Regional de Saneamento da Região do Mato.

CONCLUSÕES

O surgimento do Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó se apresentou como a solução perfeita para a destinação final dos Resíduos Sólidos na Região Seridó, através da implantação de aterro sanitário. A viabilidade da implantação do aterro só foi, e será possível, se houver a cooperação dos entes municipais, uma vez que um Município apenas não conseguiria arcar com os seus elevados custos.

O Estado Rio Grande do Norte avançou com a criação de seu primeiro o Consórcio Público na área tratada em pauta, tendo em vista que despertou o interesse por consórcios em outras regiões do Estado. Desta feita, deixou encaminhado a formação de mais 03 (três) outros Consórcios Públicos Regionais, sendo todos de saneamento.

Conclui-se que a experiência do Rio Grande do Norte, com o Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó, logrou êxito em todos os seus aspectos, pois proporcionou que este servisse de modelo de gestão associada não só para o RN, como também para outros Estados, norteando estes últimos no processo de desenvolvimento dos seus consórcios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Consórcios Públicos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris: 2009.
2. DECRETO FEDERAL Nº 6.017/2007 – **Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005** - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 28 de jul/2009.
3. LEI 11.107/2005 - **Regula a constituição das entidades Consórcios Públicos**, com a finalidade de gestão associada de serviços públicos. Disponível em: < <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> >. Acesso em: 28 de jul/2009.
4. SEMARH/PEGIRS–RN. **RELATÓRIO 10 - Criação das condições técnico-jurídicos para a implantação do consórcio público modelo**. Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. PEGIRS/RN-SEMARH. Natal, 2010.